

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

School as learning space and inclusion

*Alexandre de Souza Nascimento; Conceição de Souza Torres; Elton Junior da Silva Cardoso;
Flávio Rodrigues da Silva*

1 Introduzindo ao tema

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o papel de uma escola inclusiva, a relação entre as diversidades na sociedade e principalmente na escola. O processo de Inclusão escolar representa um dos principais desafios da área da educação, tendo finalidade de eliminar as barreiras, a discriminação, dentre outras, que dificultam ou impedem o conhecimento e a aprendizagem de todos na escola.

Buscaremos entender através de análises bibliográficas quais são as políticas públicas que abordam sobre a inclusão escolar, levando em conta algumas discussões teóricas sobre a função da escola e o papel do professor frente à inclusão. O estudo também procura debater como a inclusão se efetiva no espaço escolar, quais as principais mudanças necessárias para a aceitação dentro desse espaço e quais as possibilidades de uma aprendizagem inclusiva.

A escola é o espaço fundamental para serem construídos os cidadãos do amanhã, estes que precisam ser orientados a conviver com as diferenças, respeitando os outros que estão ao seu lado, para construir uma sociedade digna, democrática e principalmente inclusiva. Ressaltamos que “Inclusão” engloba uma educação para todos, centrada no respeito e valorização das diferenças. Uma posição que reforça a necessidade do respeito à diferença, o conhecimento e o preparo para lidar com as potencialidades e limitações das pessoas.

Na concepção de Sasaki (2010) para que a Educação seja realmente uma realidade vivida e para todos, na qual todos possam aprender o verdadeiro sentido de se tornar um cidadão pleno, é importante antes de tudo termos um ideal, que é o de elevar o conhecimento cultural. Notadamente, a educação inclusiva pode ser conceituada como uma educação voltada para os portadores de deficiências como: auditivas, visuais, intelectual, física, sensorial, surdo cegueira e as múltiplas deficiências. Para que esses indivíduos possam ser

educados e incluídos na sociedade, é importante a participação da escola e da própria sociedade. Onde eles possam dispor de tudo o que for necessário para o seu desenvolvimento psicossocial e cognitivo.

2 Inclusão Escolar como direito para todos

Uma educação de qualidade para todos e inclusiva implica entre outros fatores a necessidade de um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças que nela existem. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9394/96) que estabeleceu, entre outros princípios, a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" recomenda que a educação para o "educando com necessidades especiais" ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino. Além da questão normativa, têm-se presenciado, em nossa sociedade, ao longo das últimas décadas, rápidas e intensas transformações com importantes mudanças no que diz respeito à inclusão escolar.

Segundo Mantoan (2003), a temática da inclusão escolar vem rendendo, tanto no meio acadêmico quanto na própria sociedade, novas e acaloradas discussões. Dentro desse contexto, é importante frisarmos os direitos básicos do cidadão que estão garantidos em vários documentos. Destacando-se em âmbito internacional e nacional, respectivamente, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e a Constituição Brasileira (1988), onde ambas enfatizam que todos somos iguais perante a lei. Com destaque os portadores de deficiências que costumam ser discriminados, e nessa condição, ficam excluídos do acesso e usufruto dos bens e serviços socialmente disponíveis. Ou seja, do princípio de igualdade entre todos. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) estabelecem que os portadores de necessidades especiais devam estudar de preferência nas escolas regulares e que todos têm direito à educação.

Dellani e Moraes (2012) afirmam que:

A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais. É um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. Ela está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves

ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação – e assim diz a Constituição.

A Declaração de Salamanca, aprovada em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial, passou a considerar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais. A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social. Segundo este documento:

[...] inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades (...). Ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas preveem um ambiente favorável à aquisição da igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, família, voluntários. A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade (UNESCO, 1994, p. 5).

Para Sasaki, a inclusão “é um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos (...) e na mentalidade de todas as pessoas” (2010, p. 40). Nesta mesma linha de raciocínio Aranha (2002), nos enfatiza que inclusão significa afiliação, combinação, compreensão, envolvimento, continência, circunvizinhança, ou seja, inclusão significa convidar aqueles que (de alguma forma) têm esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participar da completude de suas capacidades como companheiros e como membros, ou seja, incluir aquele que de alguma forma teve seus direitos perdidos ou por algum motivo não os exercem.

Frisamos que o momento pedagógico existente dentro do ambiente escolar deve debater não apenas a conteúdos e métodos de ensino, mas também aos afetos, à visão de mundo e de homem, dos sujeitos que se interagem no espaço escolar. Para (CURY, 2002, p. 07):

Num momento em que o direito ganha novos espaços e abre novas áreas por meio das grandes transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, é importante ter o

conhecimento de realidades que, no passado, significaram e no presente ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos. O direito à educação escolar é um desses espaços que não perderá sua atualidade.

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valores iguais e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 29). Dessa maneira, a ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta em princípios que reconhecem e valorizam a diversidade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, sinaliza a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

Mas segundo Mantoan (2003) é importante reconhecermos que o paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a *não exclusão escolar* e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. Todavia, o paradigma da segregação é forte e enraizado nas escolas e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados.

3 O papel da escola no processo de inclusão

Kunc (1992), fala sobre inclusão como:

[...] o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo.

É importante diferenciarmos aqui a “integração da inclusão”, na primeira, tudo depende do aluno e ele é que tem que se adaptar buscando alternativas para se integrar, ao passo que na inclusão, o social deverá modificar-se e preparar-se para receber o aluno com deficiência.

A educação inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que o “pertencer” é um direito, não um status privilegiado que deva ser conquistado (SASSAKI, 1999).

Segundo Montoan (1997)

[...] a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (p.145).

Prontamente, as dificuldades no processo de inclusão formam uma rede de situações que vão influenciando umas às outras, gerando, novos processos de exclusão dos alunos. Mantoan (2003) acredita que:

[...] recriar um novo modelo educativo com ensino de qualidade, que diga não é a exclusão social, implica em condições de trabalho pedagógico e uma rede de saberes que entrelaçam e caminham no sentido contrário do paradigma tradicional de educação segregadora.

É necessário observarmos que as escolas “abertas” à diversidade são escolas:

[...] em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referirmos a essas escolas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino de qualidade, que não exclui, não categoriza os alunos em grupos arbitrariamente definidos por perfis de aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial. As escolas para todos são escolas inclusivas, em que todos os alunos estudam juntos, em salas de aula de ensino regular. Esses ambientes educativos desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e as estratégias de trabalho pedagógico são adequadas às habilidades e necessidades de todos.

Logo, para o entendimento do que é a diversidade. Faz-se necessário também considerar a forma como nossa sociedade está organizada. Dessa forma, jamais haverá inclusão se a sociedade se sentir no direito de escolher quais os deficientes poderão ser incluídos. É preciso que as pessoas falem por si mesmas, pois sabem do que precisam, de suas expectativas e dificuldades como qualquer cidadão. Mas não basta ouvi-los, é necessário propor e desenvolver ações que venham modificar e orientar as formas de se pensar na própria inclusão.

Sá (s/d) afirma que a escola inclusiva exige novas estruturas e novas competências. Observa-se que as escolas públicas não têm correspondido às características individuais e socioculturais diferenciadas de seu alunado, funcionando de forma seletiva e excludente. Nesse sentido, as escolas se inserem com participação decisiva para a formação e para a condição de cidadãos políticos e sociais. Portanto, cabe a escola a difícil tarefa de prepará-los para inserção nessa sociedade tão complexa e excludente, incapaz de lidar com as diferenças, pois segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar faz repensar o papel da escola e conduz a adoção de posturas mais solidárias e para a convivência.

Assim para o sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola decorre das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada.

Belisário (2005, p. 130) nos enfatiza que para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental. A inclusão implica também em uma fusão, entre o ensino regular com o especial e em opções alternativas/aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral.

Para Sassaki (2010, p. 172):

Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

Ainda segundo Sassaki (2010) a concretização da escola inclusiva baseia-se na defesa de princípios e valores éticos, nos ideais de cidadania e justiça, para todos, em contraposição aos sistemas hierarquizados de inferioridade e desigualdade. Inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais

pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Para Cardoso (2015) a educação para a inclusão tornou-se um processo no qual se amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular e tem como objetivos básicos o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo e principalmente sua inserção social. Ressalto aqui, que ao longo da história, as pessoas com deficiência foram excluídas dos processos, tanto escolares, como social. Dessa forma, ao trabalhar com educação inclusiva é importante que possamos pensar e implementar ações que efetivem a inclusão no contexto escolar, favorecendo de fato o processo de ensino-aprendizagem desses alunos. Nesta mesma concepção Pietro (2006), afirma que a inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos com e sem deficiência; ensinar é marcar um encontro com o outro, e a inclusão escolar provoca, basicamente, uma mudança de atitude diante do outro, esse que é alguém especial e que requer do educador ir além.

Dentro dessa temática, ao falarmos de inclusão, deve-se considerar aspectos ligados a formação do professor, uma vez que, este deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial.

Conforme já destacava Piaget (1984, p. 62):

[...] a preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for a mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado.

Segundo Nascimento (2012) um dos grandes desafios que se coloca a escola inclusiva é a preparação, interação e conscientização da equipe pedagógica, bem como na formação, participação e formação de professores, ainda que se façam necessários programas de formação mais significativos para uma qualificação maior desses profissionais.

Ainda segundo a autora, na perspectiva dessa abordagem, não é difícil verificar como a escola pode contribuir para o sucesso ou o insucesso do aluno e, que através desses mecanismos forma-se o tipo de ser humano desejável para uma determinada sociedade.

Na questão da inclusão do aluno com necessidades educativas especiais o especialista deve concentrar-se em uma investigação sobre o funcionamento da instituição, seu currículo, a pedagogia que orienta a ação educativa e o tipo de avaliação, e sugerir as

modificações necessárias para reduzir as diferenças e a amplitude dos possíveis insucessos escolares, não só dessas crianças, mas de todos os alunos.

Para Mantoan (1997), inclusão, significa estar com o outro e cuidar uns dos outros, que traduz-se em convidar pais, estudantes e membros da comunidade para ser parte de uma nova cultura, de uma nova realidade, juntar-se a novos e excitantes conceitos educacionais.

Para Morin (2004, p. 11) “uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes”.

Portanto, uma inclusão escolar de qualidade é o caminho ideal para se construir uma sociedade para todos para que possamos – juntos na diversidade humana – cumprir nossos deveres de cidadania e nos beneficiar dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e de desenvolvimento.

4 Algumas ponderações finais

Através da análise, pudemos considerar que quando o assunto é inclusão escolar, deve-se exigir mudanças significativas de mentalidade, reflexões e, como princípio fundamental, a valorização a diversidade humana. A convivência com as “diferenças” é importante para o desenvolvimento social, cultural e educacional de uma sociedade. Aceitar e valorizar a diversidade das classes sociais, de culturas, de línguas, de religiões e etc., é o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade e inclusiva para todos.

Assim, o desafio de ensinar a todos os alunos, na escola que se quer inclusiva, exige, portanto, um compromisso com nós mesmo. Ao falarmos de inclusão, significa ver além da deficiência e as diferenças consideradas as peculiaridades que a escola precisa se dispor a acolher. Como professores, sujeitos da ação, precisamos rever nossos conceitos, reconhecendo nossas atitudes, valores, limites, preconceitos, desejos e possibilidades, enquanto elementos contribuintes na efetivação do arquétipo inclusivo.

Portanto, a inclusão implica na mudança de políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais, porém, é necessário o esforço de todos possibilitando dessa maneira que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento. Inclusão escolar é muito mais do que uma “*escola especial*”, sua prática não precisa estar limitada a um sistema paralelo de educação, e sim fazer parte da educação como

um todo. Por conseguinte, na Escola Inclusiva todas as pessoas portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm direito à escolarização, onde seu objetivo principal é acolher todos os sujeitos, sem distinção de classe ou gênero em uma sociedade de direitos e igualdade.

5 Referências

- ARANHA, M. S. F. 2002. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*, v. 2, p. 63-70.
- BELISÁRIO, J. 2005. *Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas*. Brasília: MEC, SEESP.
- BRASIL. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.
- _____. 1996. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial, nº 248, de 23/12/1996.
- CARDOSO, E. J. S. 2015. Educação inclusiva e o papel da escola no processo de ensino-aprendizagem. *RELPE, Arraias (TO)*, v. 1, n.º 1, p. 25-35, jul./dez.
- CURY, C. R. J. 2002. *Legislação Educacional Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. 1994. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: < www.portal.mec.gov.br >. Acesso em 18 abr. 2016.
- DELLANI, M. P.; MORAES, D. N. M. 2012. Inclusão: caminhos, encontros e descobertas. *Revista de Educação do IDEAU*, v. 7, n.º 15, Janeiro – Junho.
- FOREST, M.; PEARPOINT, J. Inclusão: um panorama maior. In: MANTOAN, E. A *Integração de Pessoas com Deficiências*. São Paulo: Memnon, 1997.
- KUNC, N. 1992. The Need of belong. *Rediscovering Maslows Hierarchy of Needs*. In: VILLA, J. S.; THOUSAND, W.; STAINBACK E S. *Reestructuring for caring and effective education: in a administrators guide to creating heterogeneous schools*. Baltimore, Paul H. Brookes.
- MANTOAN, M. T. E. 2003. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna.
- _____. *Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores?* 1997. In: MANTOAN, M. T. E. (org.). *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon; SENAC.
- MORIN, E. 2004. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 9. ed. São Paulo: Cortez.
- ONU. 1948. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Assembleia Geral das Nações Unidas, Genebra.
- PIAGET, J. 1984. *Para Onde Vai a Educação?* José Olympio Editora: Rio de Janeiro.
- PIETRO, R. G. 2006. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais; um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: MANTOAN, M. T.

E.; PIETRO, R. G.; ARANTES, V. A. (Org.). Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus.

SÁ, E. D. Necessidades Educacionais Especiais na Escola Plural. (s/d). Disponível em < <http://intervox.nce.ufrj.br/~elizabet/plural.htm> >. Acesso em 17 abr. 2016.

SASSAKI, R. K. 2010. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA.

STAINBACK, S. ; STAINBACK, W. 1999. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas.

UNESCO. 1994. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO.

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de entender através de análises bibliográficas quais são as políticas públicas que abordam sobre a inclusão escolar, levando em conta algumas discussões teóricas sobre a função da escola e o papel do professor frente à inclusão. O estudo também procurou debater como a inclusão se efetiva no espaço escolar, quais as principais mudanças necessárias para a aceitação dentro desse espaço e quais as possibilidades de uma aprendizagem inclusiva. Dentro deste contexto a escola é o espaço fundamental para serem construídos os cidadãos do amanhã, estes que precisam ser orientados a conviver com as diferenças, respeitando os outros que estão ao seu lado, para construir uma sociedade digna, democrática e principalmente inclusiva. Ressaltamos que “Inclusão” engloba uma educação para todos, centrada no respeito e valorização das diferenças.

Palavras-chaves: Educação, Inclusão e Aprendizagem.

Abstract

This study aims to understand through bibliographical analysis which are public policies that address on school inclusion, taking into account some theoretical discussions on the function of the school and the teacher's role opposite inclusion. The study also sought to discuss how inclusion is effective at school, what are the main changes required for acceptance into this space and the possibilities of an inclusive learning. Within this context the school is the fundamental space to be built the citizens of tomorrow, they need to be told to live with differences, respecting others who are on your side, to build a society worthy, democratic and mainly inclusive. We emphasize that "Inclusion" encompasses education for all, focusing on respect and appreciation of differences.

Key-words: Education, Inclusion and Learning.